

A RESISTÊNCIA CAMPONESA E AS DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS ASSENTAMENTOS DE QUEDAS DO IGUAÇU/PR^{1*}

Djoni Roos²
João Edmilson Fabrini³

Resumo: Os camponeses têm, por meio de suas lutas e resistências se territorializado. Os movimentos sociais, e principalmente o MST possuem destaque nesse processo de luta dos camponeses, contribuindo para que estes conquistem o acesso a terra. Essa trajetória de luta dos camponeses nos movimentos sociais tem desdobramentos nas formas de organização nos assentamentos, com a realização de variadas atividades associativas e coletivas. Muitas dessas atividades possuem sua origem nos acampamentos, onde são desempenhadas diversas práticas que reforçam o coletivo. Conseqüentemente, nos assentamentos de sem-terra verificam-se um conjunto de relações, resultantes do aprendizado ocorrido na trajetória de lutas destes assentados, bem como constata-se a realização e organização de atividades que são da essência do campesinato.

Palavras-Chave: Campesinato; Sem-Terra; Luta pela Terra; Assentamentos; Acampamentos.

Introdução

A expulsão e expropriação camponesa, decorrente da modernização da agricultura e ocupação concentrada de novas terras, dentre outros fatores, fizeram e vêm fazendo do campesinato brasileiro um sujeito despossuído da terra. Contudo, a organização e a luta camponesa para retornar a terra se constituem como uma das principais características do campo brasileiro.

Existem correntes que interpretam que as relações capitalistas tendem a se homogeneizar no campo brasileiro, o que se desdobra na produção do espaço. Entretanto, há interpretações que consideram que estas relações se expandem desigual e contraditoriamente, recriando e reproduzindo relações não-capitalistas de produção, como é o caso do latifúndio e campesinato.

Neste contexto de contradição e expansão desigual das relações capitalistas são interpretadas as diferentes possibilidades de existência dos camponeses. Uma forma de resistência camponesa é visualizada através da sua organização e luta nos movimentos sociais. Neste sentido, os movimentos sociais se tornaram paradigmáticos na realização de lutas e passaram a ser considerados a forma mais eficiente de resistência dos camponeses.

A partir da década de 1980, os camponeses organizados nos movimentos sociais adotaram como principal forma de luta as ocupações de terra e acampamentos nos latifúndios. Esta foi uma forma encontrada para pressionar o Estado a resolver o problema da posse da terra e realização da reforma agrária.

¹ Pesquisa realizada com apoio da Fundação Araucária/SETI.

* Eixo do Trabalho: 6-Problematiza dos Espaços Agrários; Apresentação na linha Associação, Cooperação, e Redes Comunitárias.

² Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Bolsista Fundação Araucária/SETI. Membro do Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade – GEOLUTAS.

³ Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR. Membro do Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade – GEOLUTAS.

Essa organização dos camponeses nos movimentos sociais permitiu a eles importantes conquistas, dentre as quais se destacam os assentamentos de sem-terra. Nos assentamentos de sem-terra são construídas diferentes estratégias e possibilidades de reprodução camponesa, como a organização, luta e enfrentamento de forma mais direta ao sistema capitalista com a formação de associações/coletivos e cooperativas. Nas associações, coletivos e cooperativas os assentados realizam um conjunto de atividades e enfrentamentos ligadas diretamente à luta de classes.

Portanto, a vida dos camponeses assentados é marcada por uma trajetória de lutas, muitas das quais iniciadas no acampamento, ou seja, no decorrer da luta pela terra. Nessa trajetória os camponeses realizam diversas atividades coletivas a fim de conquistar seus objetivos, porém, estas não desaparecem por completo com a criação dos assentamentos de sem-terra, onde se pode evidenciar diversas práticas antes desempenhadas nos acampamentos, que agora são realizadas nos assentamentos.

Uma das atividades coletivas desenvolvidas nos assentamentos pelos Sem-Terra assentados é a organização de cooperativas de produção agropecuária. São desenvolvidas também outras atividades coletivas, aprendidas principalmente no período do acampamento, como é o caso da organização em grupos, brigadas, associações, etc. Existem também aquelas atividades coletivas inerentes ao modo de vida camponês, tais como troca de dias de serviço, roças comunitárias, ajuda mútua, etc.

Verifica-se também, que após a conquista da terra, os assentados apresentam uma organização da produção e política mais voltada para as práticas camponesas, baseadas na cooperação e no trabalho associativo entre eles. Assim, os assentados realizam um conjunto de atividades associativas, baseadas na cooperação comunitária e na solidariedade, intrínsecas ao modo de vida camponês.

O estudo busca, portanto, entender as formas de ação e organização dos movimentos sociais, compreendendo quais aprendizados os camponeses adquirem durante o acampamento e de que maneira estes se materializam nos assentamentos. Ao mesmo tempo, procura-se analisar as práticas que fazem parte da trajetória de vida camponesa e que o movimento não consegue eliminar, contribuindo assim, na compreensão da territorialização das relações camponesas nos assentamentos de sem-terra.

Para tanto, o presente estudo está sendo realizado nos assentamentos Rio Perdido e Celso Furtado no município de Quedas do Iguaçu no Estado do Paraná. O assentamento Rio Perdido foi conquistado em 1988, onde foram assentadas 60 famílias. Já o assentamento Celso Furtado, formado no ano de 2004 estão assentadas 1090 famílias. A compreensão da organização dos camponeses nestes assentamentos possibilita entender as maneiras de (re) criação do campesinato nos assentamentos de sem-terra.

Lutas Camponesas e Movimentos Sociais

A luta dos camponeses se constitui como uma das principais características do campo brasileiro. Porém, há interpretações sobre o campo brasileiro e mundial de que o camponês é um sujeito fadado ao desaparecimento como é o caso de teóricos como LÊNIN (1983), KAUTSKY (1986), entre outros. PRADO Jr. (1990), por exemplo, considera que nunca existiram camponeses no Brasil.

Diferentemente dessas compreensões, há leituras sobre o campo brasileiro que sustentam a (re) criação do campesinato a partir da interpretação do desenvolvimento desigual e contraditório do sistema capitalista. Dentre os teóricos que interpretam o campo a partir dessa análise estão OLIVEIRA (1991), MARTINS (1989), entre outros. É importante ressaltar que as correntes de interpretação do campo aqui apresentadas estão assentadas no referencial teórico marxista, sendo que este se constitui na principal referência para análise das relações capitalistas.

Nesse contexto de variadas interpretações sobre o campo brasileiro, em que alguns consideram que as relações capitalistas tendem a dominar a diversidade de relações existentes

no campo, homogeneizando todas estas relações, podemos compreender a resistência dos camponeses forjada através da luta e enfrentamento a ordem capitalista. Ou seja, procura-se entender aqui o camponês como um sujeito que se reproduz no sistema adverso (capitalismo), através de suas lutas.

A luta dos indígenas que vêm sendo expulsos de suas terras desde o período colonial, as lutas quilombolas durante a escravidão são exemplos da resistência camponesa. Nesse contexto de resistência camponesa podem-se citar também os “movimentos messiânicos”, como a revolta do Contestado e de Canudos, não deixando de ressaltar a importância que teve a organização camponesa na década de 1950 nas Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas surgidas no Nordeste brasileiro tiveram grande significado não por sua especialização apenas, mas pelos desdobramentos na formulação de uma proposta para as questões relacionadas ao campo brasileiro. Os primeiros conflitos surgiram no engenho da Galiléia em Vitória do Santo Antão (Pernambuco) devido às ameaças de despejo que os foreiros vinham recebendo.

Essas ameaças desencadearam uma resistência por parte dos trabalhadores do engenho, que além da luta para permanecer na terra passaram a incorporar as necessidades mais imediatas como, por exemplo, a manutenção do sítio (área para o plantio de gêneros de subsistência), diminuição do foro (tributo pago aos proprietários das terras), além de outras reivindicações. A luta destes camponeses resultou mais tarde na formação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco que era a sede da Liga Camponesa de Galiléia.

MARTINS (1981) destaca que as ligas camponesas, juntamente com a revolta dos colonos de Trompas e Formoso no Estado de Goiás, a revolta dos posseiros de Porecatu no Norte do Paraná e o Levante dos posseiros de Francisco Beltrão, todos ocorridos na década de 1950, são lutas pelo não pagamento da renda da terra.

Conforme se desenvolviam as lutas no campo brasileiro crescia também o número de entidades, sindicatos, ligas e associações, vinculadas aos camponeses. Na maior parte dos casos tinha-se a presença do PCB (partido comunista brasileiro).

A idéia do Partido Comunista era organizar os camponeses, aliando suas reivindicações à bandeira sustentada pelos dirigentes e simpatizantes do PCB. Dessa forma, nas primeiras décadas do século XX, principalmente a partir de 1940, os camponeses criaram estratégias para resistirem a grande expropriação causada pelo avanço do capitalismo no campo.

É importante destacar que foi o Partido Comunista Brasileiro que trouxe para o Brasil a discussão sobre Reforma Agrária e que através desta influência do partido o tema “Reforma Agrária” começou a ser incorporado como bandeira de luta.

Foi o PCB também que estimulou a criação da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), que defendia sobretudo a sindicalização dos trabalhadores do campo e da cidade. Com isso, teve-se a organização de encontros entre os trabalhadores que resultou num período de melhor comunicação entre as diversas frentes de lutas.

Esses encontros tinham como função articular as diversas frentes de lutas para que a reforma agrária ganhasse uma dimensão nacional. “Foi através desses encontros que, pouco a pouco, a palavra de ordem reforma agrária começou a ganhar forças no interior das lutas, sempre entendida como antifeudal e antiimperialista e como condição para uma revolução de caráter democrático-burguês”. (MEDEIROS, 1989, p.51).

Na espacialização das lutas dos camponeses no Estado do Paraná se destacam as revoltas de Porecatu na década de 1950, e do Sudoeste ocorrida em 1957.

Neste contexto, há necessidade de ressaltar que processos de modernização como a construção de complexos hidrelétricos, comandados diretamente pelo Estado, por exemplo, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu expulsou centenas de camponeses de suas terras. Destaca-se também a organização e luta dos atingidos pela construção de Itaipu, que

culminou na organização do Movimento Justiça e Terra. Este movimento também contribuiu na formação do MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná).

A organização dos camponeses sem terra em torno do MASTRO foi de extrema importância para a posterior formação do MST e o desdobramento de novas lutas a fim da democratização do acesso a terra. O surgimento de movimentos de agricultores sem terra resultou na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na cidade de Cascavel/Paraná no ano de 1984, que teve como finalidade articular as diversas frentes de luta pela terra que estavam surgindo no campo brasileiro. Assim, a principal forma de luta dos camponeses no final da década de 1970 e início da década de 1980 foi, portanto, a organização nos movimentos sociais.

Segundo GRZYBOWSKI (1991) os movimentos sociais exercem importante papel na organização dos camponeses, sendo espaços de socialização política, que permitem aos trabalhadores um aprendizado prático de como se organizar, negociar e lutar, contribuindo assim, na elaboração de uma identidade social e na apreensão crítica de mundo desses camponeses.

É através da organização dos camponeses que o MST tornou-se o movimento social de maior amplitude, isso devido sua espacialização e territorialização. FERNANDES (1996), afirma que o processo de territorialização do MST ocorre através da espacialização da luta pela terra, em que os trabalhadores organizados conquistam fração do território.

A região de Quedas do Iguaçu esta inserida nesse contexto de luta dos camponeses organizados nos movimentos sociais constituindo-se num centro de luta pela terra, onde ocorreram diversas manifestações e ocupações de latifúndios. Portanto, se estabelece aí um pólo de resistência dos camponeses sem-terra em contraposição ao projeto capitalista existente nesse município.

A primeira manifestação de luta pela terra nesta região de Quedas do Iguaçu ocorreu em 1984 com a ocupação da Fazenda Rio Perdido, e posteriormente, a criação do Projeto de Assentamento Rio Perdido em 1988. Nesse mesmo período ocorreu a ocupação da Fazenda Solidor. A ocupação da Fazenda Rio das Cobras área da Bacia⁴ em 1999 com cerca de 1500 famílias foi o primeiro passo para que os camponeses conquistassem mais uma parte do território. Em 2003 ocorreu a ocupação de outra área da mesma Fazenda Rio das Cobras, dessa vez foi o setor dos Silos, com uma ocupação de cerca de 2000 famílias.

Com as ocupações da Bacia e do Silo os camponeses conquistaram a criação do assentamento Celso Furtado, maior assentamento da América Latina com 25.000 hectares e cerca de 1090 famílias assentadas, no território que até então era considerado o maior latifúndio do sul do Brasil, ou seja, a Fazenda Rio das Cobras que é pertencente ao grupo Araupel S.A.

Além desses dois assentamentos, o município de Quedas do Iguaçu conta com mais um assentamento o PA Bracatinga. Além destes assentamentos, os excedentes do acampamento da Bacia ocuparam duas fazendas que fazem parte da Fazenda Rio Grande: as Fazendas Campo Novo e Três Elos, onde os camponeses se encontram acampados e produzindo alimentos para sua sobrevivência, esperando que o INCRA desapropriar a área. Essas lutas que ocorreram e ocorrem no município de Quedas do Iguaçu são resultantes da organização dos camponeses no MST.

Os movimentos tornaram-se assim, paradigmáticos na realização de lutas e passaram a ser considerados a forma mais eficiente de resistência dos camponeses. Desse modo, os camponeses recusam a proletarização e através da luta e organização, passaram a ocupar grandes propriedades improdutivas. O acampamento e a ocupação tornam-se os principais instrumentos de luta dos sem-terra. O acampamento passou a ser na trajetória de luta dos sem-terra, o primeiro exercício de luta coletiva, possuindo também caráter pedagógico.

⁴ Pertencente a empresa Giacomet-Marodin S. A., hoje atual a Araupel S.A. A Fazenda Rio das Cobras era o maior latifúndio existente no sul do Brasil com uma área de 85.000 hectares que abrangem cinco municípios: Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Laranjeiras do Sul.

Porém na organização dos camponeses os movimentos não podem ser considerados exclusivos, pois a resistência camponesa não se limita à ação/organização nos movimentos sociais, ou seja, as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais, pois há um “movimento camponês” mais amplo do que os “movimentos sociais no campo”.

Organização e Resistência Camponesa nos Acampamentos

A vida dos camponeses é marcada por uma trajetória de lutas, muitas das quais iniciadas no acampamento. Durante a luta pela terra os camponeses realizam diversas práticas coletivas a fim de conquistar seus objetivos, porém, estas atividades coletivas continuam sendo realizadas nos assentamentos.

Na trajetória de lutas dos camponeses, o acampamento e a ocupação tornam-se os principais instrumentos de luta. O acampamento é, praticamente, o primeiro exercício de luta coletiva e possui um caráter pedagógico. No acampamento, os sem-terra se organizam em grupos de famílias de acordo com afinidades tais como origem das famílias, regiões de procedência, parentesco, etc.

A organização em grupos nos acampamentos ocorre para facilitar a solução de problemas cotidianos e imediatos dos sem-terra, como saúde, segurança, alimentação, etc. Esta organização em grupos também facilita a comunicação com os coordenadores e direção do acampamento. Além disso, durante o período do acampamento os camponeses sem-terra mantêm várias atividades de cunho político, tais como assembléias, debates a cerca das suas reivindicações, manifestações a fim de conquistar a terra e recursos, para nela se manter.

Os grupos geralmente são formados por 10 famílias, e existem 10 cargos (alimentação, saúde, segurança, infra-estrutura, etc.) por grupo, ou seja, um cargo por família. Entretanto, pode acontecer de alguma família possuir dois ou mais cargos. Existe também a segurança geral do acampamento, onde todos os homens têm que tirar a guarda nas guaritas do acampamento.

É importante ressaltar ainda que nos acampamentos, os trabalhadores organizados no MST passaram a recusar a proletarização e a conseqüente perda dos valores e saberes camponeses. Dessa maneira, eles vêm na luta à possibilidade de retorno a terra, ao cultivo de seus saberes e principalmente a manutenção da vida de sua família.

Desse modo, a organização de acampamentos e as discussões políticas aí ocorridas permitem a construção de um “espírito coletivo” entre os sem-terra. Isso vai contra as concepções daqueles que acreditam que os camponeses não são sujeitos políticos capazes de se organizar para lutar por um ideal coletivo.

GHON (2003), afirma que o acampamento “é um momento em que o coletivo parece estar mais suscetível a atribuir um valor positivo a disciplina, ao planejamento, à direção coletiva e a divisão de tarefas com encaminhamentos necessários e essenciais para suprir as carências mais imediatas”.

Contudo, a autora afirma também que com a conquista da terra há uma desestabilização do processo de organização política que os camponeses mantinham no acampamento. A organização é fruto do sonho da conquista da terra e que no assentamento esse elemento capaz de garantir a unidade já não existe mais e, portanto, afeta a organização dos camponeses.

No entanto, o que se verifica é que as práticas de luta e aprendizado adquiridos pelos camponeses durante o acampamento continuam a se reproduzir nos assentamentos. Isso pode ocorrer de maneira mais “tímida”, mas não desaparecem.

As formas Camponesas de Organização e Resistência nos Assentamentos

A realização do assentamento se constitui na materialização do território camponês. Sem a conquista da terra não ocorre a construção do território camponês, ou seja, sem a conquista da terra, as relações camponesas não podem se materializar no espaço, a não ser

num espaço reduzido, onde foram montadas as barracas dos sem-terras ocupantes. Os assentamentos indicam a conquista de uma fração do território (terra) e se constitui como possibilidade para a ampliação das lutas.

Com as conquistas de frações do território pelos camponeses, as suas lutas apresentam outros desdobramentos. Agora passam a se preocupar com a sua reprodução na terra enquanto assentados, o que também tem sido luta dos pequenos agricultores frente à ordem expropriatória do sistema capitalista. Dessa forma, a luta dos camponeses e realização do assentamento se baseia na busca de recursos para a produção e para melhores condições de vida. Após a conquista da terra a luta camponesa não perde sua organização, pois continua dotada de grande conteúdo político entre os assentados.

Nos assentamentos, verifica-se que os camponeses continuam a utilizar formas de resistência aprendidas durante a ocasião em que estavam acampados. Um bom exemplo é a luta organizada em grupos, brigadas e associações que não deixam de existir quando ocorre o assentamento dessas famílias, pois, muitas continuam organizadas em grupos de oito ou de dez famílias desenvolvendo um conjunto de lutas tanto de natureza política e ligadas à produção.

Outro fator é o aprendizado de luta coletiva que estes camponeses adquirem, pois, mesmo já estando assentados lutam por melhores condições de vida da comunidade e também contribuem, para que outras pessoas possam ter acesso a terra. Desse modo, evidencia-se que as ações desenvolvidas no acampamento refletem no assentamento, mostrando assim o caráter pedagógico que o acampamento possui. Pode-se visualizar também que a identidade de sem-terra é formada durante a luta no acampamento.

Nesse sentido, verifica-se na luta dos camponeses um conjunto de propostas materializadas na *luta pela terra e luta na terra*. Resultante do processo de luta os camponeses tem procurado constituir uma organização nos assentamentos a fim de que possam garantir seu modo de vida camponês. A luta para permanecer na terra fez com que os camponeses buscassem alternativas para sustentar o seu modo de vida. Dentre as alternativas utilizadas pode-se citar as formas organizativas baseadas no associativismo e no trabalho comunitário.

Essas atividades não possuem uma norma, mas se baseiam nos laços de solidariedade e no aprendizado político adquirido e ampliado durante a luta pela terra. Logo, não são atividades estranhas ao modo de vida do camponês. Pelo contrário, são baseadas justamente nos moldes camponeses, onde não há divisão do trabalho nem de atividades, mas sim ajuda recíproca sustentada na solidariedade.

Assim, após a conquista da terra os assentados apresentam uma organização da produção e política mais voltada para as práticas camponesas, baseadas na cooperação e no trabalho associativo entre os assentados. Portanto, os assentados realizam um conjunto de atividades associativas, baseadas na cooperação comunitária e na solidariedade, intrínsecas ao modo de vida camponês.

A organização camponesa nos assentamentos ocorre também na esfera política com a realização de reuniões entre os grupos nos assentamentos e nas associações aí existentes. Portanto, a luta dos camponeses é coletiva, mas um coletivo que não visa estranhar o seu modo de vida, mas sim um coletivo que é da essência camponesa. Ou seja, o coletivo assentado na solidariedade e nas ações de reciprocidade.

A organização dos camponeses assentados em Quedas do Iguaçu ocorre através da formação de grupos e associações dentro dos assentamentos em que os camponeses realizam discussões tanto da esfera política, como debates de caráter econômico que venham trazer melhorias para o assentamento. Além dessas formas de organização existe uma organização coletiva que é intrínseca ao modo de vida camponês, que é assentada na solidariedade, na troca de dias de serviço, entre outras atividades realizadas pelos camponeses.

Verifica-se também que a luta dos camponeses não termina com o acesso a terra, mas que a luta continua sendo realizada pela permanência na terra. Para tanto, várias atividades

realizadas durante o período de luta pela terra continuam sendo utilizadas como forma dos camponeses garantirem sua existência enquanto sujeitos sociais.

Assim, a organização dos camponeses em grupos, associações e brigadas refletem práticas que eram utilizadas por estes durante o acampamento. A dinâmica dos grupos, embora ocorra com menor frequência em relação ao período do acampamento se constituem, como importante forma de organização dos camponeses, além das comunidades que são criadas dentro dos assentamentos.

Mesmo depois de assentados os camponeses continuam a participar das reuniões que são realizadas nos assentamentos. Os assentados afirmam que a participação é necessária para que fiquem informados sobre os acontecimentos relacionados ao assentamento e também para conseguirem conquistar os recursos necessários para a manutenção na terra.

A organização dos assentados, portanto, não se traduz apenas na parte econômica do assentamento, pois, vai muito além da esfera produtiva, abrangendo questões políticas da luta dos camponeses, tais como, manifestações em busca de recursos para a produção, organização do assentamento em associações e grupos, auxílio nas ocupações de terra, etc. Portanto, verifica-se a socialização política dos integrantes dos assentamentos de sem-terra iniciado no acampamento.

Entende-se que a organização dos assentados não se constrói apenas na esfera da produção, mas também é verificada politicamente nas manifestações, passeatas, etc. Neste sentido, destaca-se a importância dos movimentos sociais durante todo esse processo de luta pela terra (acampamento) e depois para nesta permanecer (assentamento).

Porém, é preciso considerar que os camponeses são sujeitos políticos que buscam sua autonomia no campo, não ficando presos às ações dos movimentos sociais, pois sua luta tem início a partir de suas necessidades e anseios. Por isso, a organização dos assentados começa a se diferenciar do acampamento porque as lutas não mais são pautadas por decisões superiores, mas sim nas suas próprias necessidades.

Cabe salientar que o processo de luta contribui na formação desta resistência camponesa, visto que os mesmos aprendem a não se sujeitarem às relações de dominação. O fato de estarem lutando pela terra se constitui como negação à subordinação e dominação.

Nos assentamentos Celso Furtado e Rio Perdido ambos em Quedas do Iguaçu, percebe-se que a organização dos assentados (política, econômica, etc.), possui características que tem a sua origem no período de acampamento. Os camponeses afirmam ainda, que o período do acampamento foi importante não somente para conquistar a terra, pois nessa ocasião ocorrem vários aprendizados decorrentes da luta, em que a convivência e conversa com os companheiros é o principal instrumento de aprendizado.

Nesse processo de aprendizado dentro dos acampamentos, o movimento social, no caso o MST, também possui relevada importância, visto que organiza várias atividades de cunho político, econômico, como palestras de como deve ser a produção nos lotes, cursos de técnicas de plantio, manejo, produção e comercialização. Além disso, são organizadas por parte do movimento atividades culturais e educativas, místicas, luta pela educação no campo, etc.

Nos assentamentos existem várias pessoas que são de origem urbana e que tiveram o primeiro contato com a terra nos acampamentos. E estes afirmam que foi com o movimento e com os companheiros que aprenderam a trabalhar com a terra. Portanto, no acampamento também são realizadas atividades que contribuem com o aprendizado sobre os cuidados com a terra.

Muitos camponeses assentados afirmam que o período de acampamento é bastante difícil, mas que durante esta etapa da luta aprenderam a valorizar o sofrimento que passaram e conseqüentemente, a terra conquistada. Asseguram ainda que o período do acampamento foi uma seleção e que precisavam “andar na linha”, seguir as ordens, para conseguir conquistar seu pedaço de terra. Portanto, além do sofrimento de ter que viver em baixo de uma lona a pressão exercida sobre os camponeses é muito grande. Para o assentado “B” (2009) “o

acampamento é uma seleção, lá é que nem o BBB⁵, tem muita gente querendo te eliminar”, a fala do assentado reflete muito bem a pressão que existe no acampamento e a qual os camponeses precisam enfrentar.

O acampamento é um período de aprendizado e de muito sofrimento. Mas ao mesmo tempo, um período que se estabelecem relações de solidariedade, trabalhos coletivos, os chamados “coletivão”⁶, além de relações de reciprocidade.

Com a conquista da terra e o assentamento dos camponeses em seus lotes, o aprendizado adquirido durante a vivência no acampamento continua a ser utilizado, principalmente aqueles ligados a organização política, adquiridos em cursos, palestras e encontros variados. A organização em grupos, brigadas, o auxílio aos companheiros que ainda estão acampados, as lutas por recursos, são exemplos de atividades que continuam a ser realizadas nos assentamentos, além de aprendizados adquiridos juntamente com os companheiros durante a luta e não diretamente a partir da participação no movimento.

Todavia, ao estarem em seus lotes, os assentados exercem atividades que os identificam mais enquanto camponeses do que militantes de movimento social. O modo de trabalho, a forma pela qual a propriedade é organizada, o plantio, a colheita e os cuidados com a terra, são feitos tendo como referência o modo de vida intrínseco ao campesinato.

Os assentamentos mais antigos possuem diferenciações nas formas de organização em relação aos mais recentes. O movimento e suas formas de organização estão menos presentes nos assentamentos mais antigos, o inverso ocorre nos assentamentos recentes, onde a presença do MST é bastante forte e suas formas de organização estão mais nítidas. Isso foi possível verificar nos assentamentos Celso Furtado (2005) e Rio Perdido (1988).

Contudo, percebe-se que ocorre nos assentamentos um aproveitamento por parte dos camponeses, dos aprendizados adquiridos junto ao movimento durante o período do acampamento, ao mesmo tempo em que são (re) criadas as relações camponesas que só são possíveis com a criação do assentamento.

É possível dizer assim, que os sujeitos políticos/sociais produtores de seu espaço são os camponeses e que suas ações não estão limitadas aos movimentos sociais, mas estão assentadas num projeto mais amplo que visa se manter e existir no sistema adverso (capitalismo).

Considerações Finais

A luta dos camponeses se constitui numa das principais características do campo brasileiro. Resultante do processo de enfrentamentos com os proprietários de terra e capitalistas, os camponeses vem conseguindo alguns resultados em seu favor, que se materializam, sobretudo na conquista da terra (assentamentos), créditos, infra-estrutura, renegociação de dívidas, políticas públicas, etc.

As conquistas resultantes das lutas dos camponeses são passos na realização da reforma agrária que foi colocada pelos movimentos sociais na agenda política nacional num passado recente. A discussão sobre a reforma agrária tem emergido a partir das ações desenvolvidas pelos camponeses, principalmente.

Assim, uma das mais importantes conquistas dos camponeses é a conquista do assentamento. A trajetória de vida dos assentados implica no desenvolvimento de um conjunto de atividades nos assentamentos, inclusive a realização de trabalhos coletivos e associativos. Dessa forma, os assentados buscaram meios para garantir a sua existência enquanto sujeito social a partir da terra conquistada.

A organização dos assentamentos pode não ser igual à praticada nos acampamentos, como idealizam os movimentos sociais, porém permanecem aquelas que os camponeses

⁵ Sigla de Big Brother Brasil, programa de televisão, transmitido pela rede Globo.

⁶ Plantio e colheita de cereais realizada num pedaço de terra, aproximadamente 10 alqueires por brigada em que as atividades eram realizadas coletivamente pelas brigadas, grupos, etc., durante o período do acampamento, a fim de conseguirem alguma renda para se manter no acampamento.

consideram pertinentes e que servem para sua organização. Portanto, a organização nos assentamentos ocorre nos moldes do campesinato, nas formas de organização que não visam estranhá-lo de seu modo de vida, ou seja, na posse e trabalho familiar do lote de terra, nas relações de solidariedade e troca de dias de serviço entre vizinhos e familiares e acima de tudo na esfera política organizativa de luta dos camponeses.

Neste sentido, os movimentos sociais tiveram e tem papel importante nessa construção. Porém, é necessário destacar que os sujeitos políticos são os camponeses e sua ação não está limitada aos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)Criação do Campesinato, Identidade e Distinção: A Luta Pela Terra e o Habitus de Classe**. São Paulo: ed. UNESP, 2006. 377 p.

BONIN, A. A. et. al. Luta pela Terra e Contradições de um Projeto Comunitário de Vida. In: **Movimentos Sociais no Campo**. Curitiba: ed. da Universidade Federal do Paraná, 1987. p. 67 – 95.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de Poder Dominação e Resistência: O MST e os Assentamentos Rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2002. 300p.

_____. **Lutas pela Terra no Oeste Paranaense do Movimento ao Assentamento: Limites e Contradições de um Projeto Coletivo de Produção**. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004, 440 P.

FABRINI, João Edmilson. **A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Sem Terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003. 275 p.

_____. **Assentamentos de Trabalhadores Sem-Terra: Experiências e Lutas no Paraná**. Marechal Cândido Rondon: LGeo, 2001 140 p.

_____. O Projeto do MST de Desenvolvimento Territorial dos Assentamentos e Campesinato. In: **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, n. 19, p.75-94, jul/dez. 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST – Movimento dos trabalhadores rurais sem – terra: formação e territorialização em São Paulo**. SP: HUCITEC, 1996. 285 p.

GOHN, Maria da Glória (org). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: Antigos e Novos Atores Sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 143 p.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 3ª edição. Petrópolis: vozes, 1991. 90p.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Ação Coletiva em Assentamentos de Reforma Agrária: Processos de Organização dos trabalhadores Rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2003. 150p.

LIMA, Ivanildo Vieira. **A Produção de Autoconsumo como Resistência no Assentamento Pedro Ramalho em Mundo Novo – MS**. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2006 (Monografia).

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Editora Vozes, Petrópolis, 1984.

_____ **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____ **O Cativo da Terra**. 4ª ed. São Paulo, SP: Hucitec 1990, 157 p.

_____ **Os Camponeses e a Política no Brasil: as Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes 1981, 185 p.

_____ **O Sujeito Oculto: Ordem e Transgressão na Reforma Agrária**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003, 238 p.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (org.). **A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre / Rio de Janeiro: ed. Universidade / UFRGS / CPDA, 1999.

_____ **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989 216 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A Geografia das Lutas no Campo**. 9ª ed. São Paulo: contexto, 1999. 128 p.

_____ **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1990. 88 p.

ROOS, Djoní. **As Atividades Associativas nos Assentamentos de Sem-Terra: o Caso do Assentamento Rio Perdido em Quedas do Iguaçu – PR**. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2007 (Monografia).